

**IV PROCESSO SELETIVO DE CREDENCIAMENTO DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO,
DENOMINADO MP RESIDÊNCIA, NO ÂMBITO DO MPRN**

CADERNO DE QUESTÕES

ÁREA JURÍDICA – 2018

NOME:

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR:

1. Este caderno contém 7 (sete) páginas com 10 (dez) questões objetivas de **Conhecimentos Básicos** e 30 (trinta) questões objetivas de **Conhecimentos Específicos** de múltipla escolha, cada uma valendo 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos, totalizando valor máximo de 10 (dez) pontos.
2. A Nota Final do candidato será o somatório dos pontos atribuídos às questões da prova de **Conhecimentos Básicos** e a da prova de **Conhecimentos Específicos**.
3. Se o caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que prejudique a leitura, solicite **IMEDIATAMENTE** ao fiscal a sua substituição.
4. Cada questão apresenta quatro opções de resposta (A, B, C e D), das quais somente uma atende às condições do enunciado. Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, é vedado solicitar quaisquer esclarecimentos ao Fiscal.
5. O candidato receberá junto com este caderno de questões, a FOLHA DE RESPOSTAS (gabarito). Verifique se os dados impressos na FOLHA DE RESPOSTAS estão corretos. Caso contrário, comunique imediatamente ao Fiscal.
6. Após o recebimento da FOLHA DE RESPOSTAS, não a dobre nem a amasse, manipulando-a o mínimo possível. Assine seu nome no local indicado, com caneta esferográfica azul ou preta. Após responder as questões neste caderno, o candidato deverá transcrever todas as alternativas assinaladas para a FOLHA DE RESPOSTAS, de acordo com as instruções nela contidas.
7. Questões com mais de uma alternativa assinalada, com rasura ou em branco serão anuladas. Portanto, ao preencher a FOLHA DE RESPOSTAS, faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois não será possível a sua substituição.
8. O candidato dispõe de, no máximo, 3 (três) horas para responder às questões e preencher a FOLHA DE RESPOSTAS. O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em hipótese alguma. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização das provas por, no mínimo, 30 minutos após o início das provas.
9. Terminada a prova, avise ao Fiscal, pois este recolherá a FOLHA DE RESPOSTAS na carteira do candidato. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas, após uma hora do início das provas.
10. Durante a realização da prova, não serão permitidas consultas à legislação, doutrina, jurisprudência, súmula ou anotações de quaisquer espécies, nem o porte de aparelhos eletrônicos, como telefones, *notebooks*, celulares, *palm*s e calculadoras.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

01 – Trata-se de uma Figura de Linguagem onde há na frase o emprego de palavras ou expressões de significados opostos:

- a) Metonímia
- b) Antítese
- c) Paradoxo
- d) Hipérbole

02 – Qual o substantivo coletivo de “chaves”?

- a) Chaveiro
- b) Molho
- c) Acervo
- d) Chavistas

03 – Sem perder o seu significado ou sentido, a palavra “ratificar” poderá ser substituída por:

- a) Corrigir
- b) Emendar
- c) Consertar
- d) Confirmar

04 – De acordo com a colocação pronominal, assinale a alternativa correta:

- a) Não esqueça-se da prova.
- b) Me vou embora para casa.
- c) Não me chamaram para o jogo.
- d) Isso lembra-me a infância.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO RIO GRANDE DO NORTE

05 – Analisando o aspecto geográfico do Estado do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta:

- a) Situa-se na Região Nordeste, tendo como limites o Oceano Atlântico a norte e a leste, a Paraíba ao sul e o Ceará a oeste.
- b) Situa-se na Região Nordeste, tendo como limites o Oceano Atlântico a norte e a leste, a Paraíba a oeste e o Ceará ao sul.
- c) Situa-se na Região Nordeste, tendo como limites o Oceano Atlântico ao sul e ao oeste, a Paraíba ao norte e o Ceará a leste.
- d) Situa-se na Região Nordeste, tendo como limites o Oceano Pacífico a norte e a leste, a Paraíba ao sul e o Ceará a oeste.

06 – Atividade econômica voltada para a criação em cativeiro, bastante desenvolvida no litoral do estado do Rio Grande do Norte:

- a) Carcinicultura
- b) Salinização
- c) Extrativismo
- d) Pecuária

07 – Em que Mesorregião está localizado o município de Macau:

- a) Leste Potiguar
- b) Agreste Potiguar
- c) Central Potiguar
- d) Oeste Potiguar

NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA

08 – No navegador Google Chrome Versão 67(x64) para reabertura da última guia fechada ou a restauração da sessão anterior utiliza-se:

- a) O caminho ‘Configurações → Restaurar Sessão Anterior’
- b) O atalho de teclado CTRL + N
- c) O atalho de teclado CTRL + P
- d) O atalho de teclado CTRL + SHIFT + T

09 – Sobre a utilização de ferramentas de correio eletrônico é incorreto afirmar:

- a) Podem ser anexados, simultaneamente, mais de um arquivo com extensões diferentes entre si.
- b) Uma mensagem de correio eletrônico (e-mail) pode ser enviada formatada em html, rich text ou sem formato.
- c) Alguns servidores de e-mail proíbem, por questões de segurança, que determinadas extensões de arquivos sejam anexadas, tais como .exe; .msc; .zip; .bmp e .msi.
- d) A interface da Internet que permite ao usuário redigir, enviar e receber mensagens de e-mail usando um navegador é chamada Webmail.

10 – No âmbito da segurança da informação, um dispositivo da rede que decide permitir ou bloquear tráfegos específicos de acordo com um conjunto definido de regras de segurança:

- a) Roteador
- b) Switch
- c) Firewall
- d) Navegador

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11 – Quanto à classificação da Constituição Federal de 1998, podemos afirmar que:

- a) Trata-se de uma Constituição rígida.
- b) Trata-se de uma Constituição outorgada.
- c) Trata-se de uma Constituição histórica.
- d) Trata-se de uma Constituição sintética.

12 – Sistematiza os ideais da teoria política e do Direito dominantes no momento. Podemos afirmar que em relação ao modo de elaboração, é característica da Constituição:

- a) Popular
- b) Histórica
- c) Dogmática
- d) Outorgada

13 – O inciso III do artigo 5º da CF/88, determina que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Esse princípio está relacionado à qual fundamento da República Federativa do Brasil:

- a) A soberania
- b) A cidadania
- c) A dignidade da pessoa humana
- d) O Pluralismo político

14 – Dentre outros, são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, exceto:

- a) A garantia do desenvolvimento nacional.
- b) A erradicação da pobreza e a marginalização.
- c) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- d) A defesa da paz e a erradicação das desigualdades sociais e regionais.

15 – É direito social previsto na Carta Constitucional de 1988, exceto:

- a) Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
- b) Proteção em face da automação, na forma da lei.
- c) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- d) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quinze dias, nos termos da lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16 – É a capacidade de punir particulares que prestam serviços junto à Administração Pública:

- a) Poder Hierárquico
- b) Poder Disciplinar
- c) Poder Regulamentar
- d) Poder Discricionário

17 – É a capacidade de restringir liberdades e direitos individuais, tendo como objetivo o interesse público:

- a) Poder de Polícia
- b) Poder Disciplinar
- c) Poder Regulamentar
- d) Poder Vinculado

18 – É atributo do Ato Administrativo, exceto:

- a) Presunção de Legitimidade
- b) Competência
- c) Coercibilidade
- d) Autoexecutoriedade

19 – Em relação ao Ato Administrativo, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais.
- b) A Administração pode revogar um ato administrativo por motivo de conveniência e oportunidade.
- c) A Presunção de legitimidade permite à Administração impor o ato administrativo, sem a necessidade de sua concordância.
- d) O Judiciário tem a capacidade para anular o ato administrativo no que tange a sua ilegalidade.

20 – Com base na Lei Complementar nº 462, de 02 de janeiro de 2012, assinale a alternativa incorreta:

- a) É vedado ao MP Residente, sob pena de desligamento o uso de vestes ou insígnias privativas de membros do Ministério Público.
- b) Sem qualquer prejuízo, poderá o MP Residente ausentar-se por 8 (oito) dias consecutivos, no caso de nascimento ou adoção de filho.
- c) O estágio do MP Residente será extinto pelo término do prazo contratual.
- d) O estágio do MP Residente será extinto no caso de exercício da advocacia.

DIREITO CIVIL

Com base na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, responda as questões 21 e 22.

21 – Método de interpretação jurídica utilizado diante da omissão da lei, aplicando-se disposição legal semelhante:

- a) Analogia
- b) Os Costumes
- c) Os Princípios Gerais de Direito
- d) Medida Provisória

22 – É entendido como o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou:

- a) A Coisa julgada
- b) O Ato jurídico perfeito
- c) O Direito adquirido
- d) Decisão Judicial que não caiba recurso

23 – Segundo o Código Civil Brasileiro e no que se refere a personalidade e a capacidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.
- b) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- c) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos.
- d) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

24 – Segundo o Código Civil Brasileiro e no que se refere aos direitos da personalidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.
- b) A disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, não pode ser revogado.
- c) Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.
- d) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

25 – Segundo o Código Civil Brasileiro e no que se refere aos Bens, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis somente por determinação da lei.
- b) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- c) São singulares os bens que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.
- d) São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

DIREITO PENAL

26 – De acordo com o Código Penal Brasileiro, e no que refere ao crime, assinale a alternativa incorreta:

- a) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- b) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.
- c) Diz-se o crime consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- d) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um sexto a um terço.

27 – Não há crime quando o agente pratica o fato, exceto:

- a) Em estado de necessidade.
- b) Em legítima defesa.
- c) Em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito
- d) Por imprudência, negligência ou imperícia

28 – De acordo com o Código Penal Brasileiro, e no que refere a imputabilidade penal, assinale a alternativa incorreta:

- a) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento
- b) A emoção ou a paixão excluem a imputabilidade penal.
- c) Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- d) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

29 – De acordo com o Código Penal Brasileiro, e no que refere a aplicação da pena, assinale a alternativa que não caracteriza agravamento da pena:

- a) A reincidência.
- b) Ter o agente cometido o crime por motivo fútil ou torpe.
- c) Ter o agente cometido o crime contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.
- d) Ter o agente cometido o crime, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, sendo inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

30 – De acordo com o Código Penal Brasileiro, e no que refere aos crimes contra a honra, assinale a alternativa incorreta:

- a) **CALÚNIA** – Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime.
- b) Não há punibilidade quando há calúnia contra os mortos.
- c) **DIFAMAÇÃO** – Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação.
- d) **INJÚRIA** – Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Com base na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, responda as questões 31 a 35.

31 – No que se refere as normas fundamentais e da aplicação das normas processuais, é incorreto afirmar:

- a) É permitida a arbitragem, na forma da lei.
- b) O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.
- c) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.
- d) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, desde que não haja processo judicial em curso.

32 – No que se refere as normas fundamentais e da aplicação das normas processuais, é incorreto afirmar:

- a) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- b) A norma processual poderá retroagir e será aplicável imediatamente aos processos em curso, podendo os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sofrerem alterações.
- c) A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, ressalvadas as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte.
- d) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade. Nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.

33 – No que se refere ao Litisconsórcio e da Intervenção de Terceiros, é incorreto afirmar:

- a) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente.
- b) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos
- c) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.
- d) Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas não poderá intervir no processo para assisti-la.

34 – Qual o prazo que tem o Ministério Público de ser intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: interesse público ou social; interesse de incapaz; litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

- a) 30 (trinta) dias.
- b) 15 (quinze) dias.
- c) 10 (dez) dias.
- d) 5 (cinco) dias.

35 – Quanto a formação, suspensão e extinção do processo, assinale a alternativa incorreta:

- a) Dentre outras hipóteses, suspende-se o processo pela convenção das partes.
- b) A extinção do processo dar-se-á por sentença.
- c) Antes de proferir decisão sem resolução de mérito, o juiz poderá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício.
- d) A propositura da ação só produz quanto ao réu os efeitos devidos depois que for validamente citado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

36 – De acordo com o Código de Processo Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- b) A lei processual penal não admitirá interpretação extensiva e nem aplicação analógica.
- c) A lei processual penal admitirá apenas interpretação extensiva e nunca aplicação analógica, e nem o suplemento dos princípios gerais de direito.
- d) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, mas não suplementação dos princípios gerais de direito.

37 – De acordo com o Código de Processo Penal, no que se refere ao Inquérito Policial, assinale a alternativa incorreta:

- a) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- b) O inquérito deverá terminar no prazo de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 60 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- c) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- d) O inquérito deverá terminar no prazo de 30 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 60 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

38 – Analise os itens abaixo e responda corretamente, segundo o que determina o Código de Processo Penal, a respeito da Ação Penal:

I – Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

II – No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

III – A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.

IV – A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.

V – Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada.

Podemos afirmar que está correto:

- a) Somente os itens I, III e IV.
- b) Somente os itens I, IV e V.
- c) Somente os itens I, II, IV e V.
- d) Todos os itens estão corretos.

39 – Assinale a alternativa incorreta, segundo o que determina o Código de Processo Penal, a respeito da Ação Penal:

- a) Se o ofendido for menor de 18 anos, ou mentalmente enfermo, ou retardado mental, e não tiver representante legal, ou colidirem os interesses deste com os daquele, o direito de queixa poderá ser exercido por curador especial, nomeado, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, pelo juiz competente para o processo penal.
- b) Se o ofendido for menor de 21 e maior de 18 anos, o direito de queixa poderá ser exercido por ele ou por seu representante legal.
- c) O Ministério Público poderá desistir da ação penal.
- d) Em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício.

40 – Assinale a alternativa incorreta, segundo o que determina o Código de Processo Penal, a respeito da Prova:

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- b) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- c) São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- d) Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.